



NEGACIONISMO E ENSINO DE HISTÓRIA DA DITADURA MILITAR NO BRASIL

Leila Maria Prates Teixeira Mussi
Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia- UESB (Brasil)
Endereço eletrônico: Imprates@hotmail.com

Cláudio Félix dos Santos
Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia- UESB (Brasil)
Endereço eletrônico: cefsantos8@gmail.com

1989

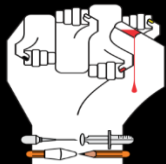
INTRODUÇÃO

Publicações na área de Ensino de História têm observado que debates importantes travados desde os anos 1980, no campo dos estudos históricos e das ciências sociais ficam de fora das escolas (ALBERTI, 2015). Isso ocorre devido aos acontecimentos históricos das últimas décadas do século XX, tidos como controversos e que fazem parte desse revisionismo historiográfico equivocado.

A ideia de tratar alguns acontecimentos como controversos pode ser explicada pela maneira como a História de tais fatos foram sendo construídas pelo “pensamento nacional”. Em se tratando da ditadura militar brasileira, é sabido que importantes e numerosas informações foram omitidas, principalmente pela não inclusão em “documentos oficiais”, ou seja, uma “História Oficial” construída baseada em exame externo aos acontecimentos e com ênfase na memória de poucos grupos, portanto enviesada. Nesse sentido, é importante ressaltar que o Estado, através de suas políticas, se preocupa com a história oficial que se conta, valorizando ou esquecendo questões, conforme a ideologia vigente (SCHWARCZ, 2019).

É necessário ressaltar que a vertente de “história oficial”, associada a “memória pública”, é que “mais nitidamente se observam as relações de poder e memória” (Sá, 2007, p. 294). É a memória mais submetida à mediação do que foi dominante no período estudado, como por exemplo os meios de comunicação e as forças armadas.

Assim, o objetivo desse texto é discutir, em linhas gerais, como o negacionismo histórico dificulta o tratamento pedagógico para o ensino da ditadura militar.



METODOLOGIA

Metodologicamente indica-se que a presente investigação apresenta abordagem qualitativa (MUSSI *et al.*, 2019), do tipo ensaio teórico (SOARES; PICOLLI; CASAGRANDE, 2018). Destarte, a partir da definição do tema foi realizada busca de referências bibliográficas e artigos publicados em periódicos acadêmicos para o desenvolvimento da discussão.

RESULTADO/DISSCUSSÕES

O passado de temas sensíveis está em constante disputa narrativa. Termos como revisionismo e negacionismo estão em voga. Como exemplo, a Revista Brasileira de História dedicou uma edição de 2021 à discussão do negacionismo na história e na historiografia. Na sua apresentação afirma-se que o fenômeno – negacionista – é um processo em movimento, que se conforma ao lugar e tempo e, que essas distorções e negações dos passados são difíceis de serem enfrentadas, mas pesquisadoras(es) e historiadoras(es) comprometidas(os) com a historiografia devem encarar o desafio para impedir esses desmandos (VALIM, AVELAR, BEVERNAGE, 2021).

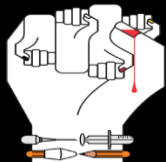
Para Pereira (2015, p.865-866) negação é a “contestação da realidade, fato ou acontecimento que pode levar à dissimulação, à falsificação, à fantasia, à distorção e ao embaralhamento”. Em geral, ocorre um disfarce dos fatos, que procura negar ou fabricar uma retórica com base independentemente da possibilidade de verificação/confirmação.

A negação também pode ser feita a partir da proibição ao acesso às fontes, inviabilizando uma crítica à interpretação delas. E o acesso as fontes é imprescindível para evitarmos a negação de fatos passados.

A ciência histórica atual se encontra, portanto, sob duas exigências mutuamente excludentes: fazer afirmações verdadeiras e, apesar de isso admitir e considerar a relatividade delas. [...] Uma fonte não pode nos dizer nada daquilo que cabe a nós dizer. No entanto, ela nos impede de fazer afirmações que não poderíamos fazer. As fontes têm poder de veto. [...] As fontes nos impedem de cometer erros, mas não nos revelam o que devemos dizer. Aquilo que faz da história história não poderá jamais ser deduzido a partir das fontes. Para que estas finalmente falem, faz-se necessária uma teoria da história possível. (KOSELLECK, 2006, p. 161)

A divergência de interpretações das fontes, partindo de diferentes pressupostos teóricos e metodológicos, faz parte da prática de profissionais da História. No entanto, referente ao período da Ditadura Civil-Militar, os discursos negacionistas têm origem

1990



no próprio regime, com as “versões oficiais”, formando uma rede que se retroalimenta e contribui para a formação de um senso comum que enxerga equivocadamente valores como a defesa dos direitos humano como práticas oposicionistas, portanto, indesejáveis e que devem ser combatidas.

Em que pese a gravidade das violações de direitos, sobretudo diante da negação veemente de sua existência por diversos atores da repressão, chega a ser desesperador pensar que a luta pelo reconhecimento da existência do Terrorismo de Estado tenha colaborado para outros ocultamentos. Diante do cinismo negacionista, as iniciativas por justiça foram quase exclusivamente na direção da denúncia das torturas e assassinatos, o que colaborou para ofuscar, em grande medida, os debates em torno de outras ações criminosas da ditadura, sobretudo ligadas a corrupção (GENARI, 2018).

A negação, relativização e a defesa aberta das violações de direitos deslocaram as discussões para a legitimidade dos atos do aparelho repressor e criaram falsas polêmicas, como indagações acerca da moralidade dos opositores do regime, sobretudo os que pegaram em armas. Isso colaborou com o processo de despolitização dos debates sobre a Ditadura, já em curso desde a reabertura política, cujos resultados sentimos nos últimos anos (GENARI, 2018). Não foi criado nem um esboço de narrativa que relacionasse os crimes e violações da Ditadura à impunidade numa escala maior – irregularidades, corrupção, relações promíscuas entre instituições públicas e privadas. Com a ajuda do aparelho midiático, o silenciamento sobre o período, quando eventualmente rompido, reduzia todo o problema a tortura e assassinatos (CERQUEIRA; MOTTA, 2015).

Apesar da discussão acerca da legitimidade da História do Tempo Presente já ter sido superada, as críticas retornam quando o que está em questão é o passado recente que envolvem as experiências ditatoriais na América Latina. As críticas são as mesmas: “falta objetividade, sobram paixão e interesse pessoal”. Gasparotto e Pedrós (2010) afirmam que essas críticas estão associadas ao senso comum, que estimulado por interesses escusos, associa a opção por trabalhar com conteúdo inserido nesse recorte temporal como sinônimo de subjetividade, militância política e manipulação da opinião estudantil.

Tratar a ditadura militar no Brasil em sala de aula é um desafio. As dificuldades vão desde problemas pedagógicos, até a falta de interesse ou qualificação docente. Se a pesquisa histórica do passado recente político brasileiro é repleta de barreiras, a situação

1991



é mais complicada no campo do ensino, “a única oportunidade de contato sistemático com esse mundo de saberes para a maioria das pessoas” (SILVA, 2009, p.33-34).

A inexistência de políticas públicas de valorização da memória, deficiência de materiais de apoio qualificado ou o pouco diálogo entre a academia e o espaço escolar, podem explicar a abordagem secundária desta temática em sala de aula. Gasparotto e Pedrós (2010, p.192) ainda acrescentam que a problemática da História Recente também se vincula “a tensão entre o lembrar e o esquecer”.

A questão do esquecimento relaciona-se a uma ação institucional de esquecimento organizado e induzido, ou seja, de políticas estatais oficiais que impõem a desmemória “de cima para baixo”. O desconhecimento de parte de um passado, diante dos pactos de silêncio oficiais e instituídos e da inacessibilidade das fontes, impedem a elaboração e seleção de lembranças. O esquecimento é um exercício mental que, individualmente, funciona como uma espécie de filtro que permite restringir certas lembranças ao essencial.

Contudo, esse esquecimento induzido é um fenômeno de controle social e de sonegação coletiva de um passado específico, que visa impedir a elaboração, consolidação e transmissão de uma memória e identidade comum. O silenciamento quanto a determinados conteúdos de História é prejudicial, afinal, um dos maiores perigos docente e discente é travar diante das barbaridades de terríveis acontecimentos históricos, como tortura, assassinatos, sem avançar para uma reflexão a respeito. “O passado recente pode ser incômodo, problemático e fonte de mal-estar. Porém, quanto mais se demorar em encará-lo de frente, mais fantasmagórico ou banalizado ele pode se tornar” (GASPAROTTO E PEDRÓS, 2010, p.200).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir da exposição percebe-se que a história da ditadura militar é cheia de lacunas e pouco discutida nas aulas de História da educação básica. A ineficácia de políticas públicas para garantia do “dever de memória” é um dos principais expoentes que reforça falhas no ensino de história. Portanto, a análise das memórias sobre os acontecimentos referentes ao período da ditadura militar brasileira é basilar para que compreendamos a necessidade de abordar assuntos como esse em sala de aula sem sofrermos retaliações, baseadas quase sempre no senso comum, da sociedade.

Diante dessas questões, apontamos para a importância da articulação histórica da memória e do trabalho pedagógico com fontes em sala de aula, de modo a sensibilizar

1992



estudantes para as questões do presente que transformam o passado em campo e objeto de disputa. Um aspecto enfatizado nesse trabalho pedagógico é a busca pela consolidação do respeito aos Direitos Humanos como valores fundamental para a vida em sociedade, e a condenação veemente a qualquer violação à dignidade humana, sob qualquer justificativa.

PALAVRAS-CHAVE. Negacionismo. Ditadura militar. Ensino de História.

1993

REFERÊNCIAS

ALBERTI, V. História e memória na sala de aula e o ensino de temas controversos. In: QUADRAT, S.; ROLLEMBERG, D. (Orgs.). **História e memória das ditaduras do século XX** – volume 2. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2015. p. 283-300.

CERQUEIRA, A.; MOTTA, R. Memória e esquecimento: o regime militar segundo pesquisas de opinião. In: QUADRAT, S.; ROLLEMBERG, D. (Orgs.). **História e memória das ditaduras do século XX** – volume 1. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2015. p. 157-182.

GENARI, É. R. **Revisionismo, memória e ensino de história da ditadura civil-militar** - por uma prática politizante. Campinas: [s.n.], 2018.

KOSELLECK, R. **Futuro passado**. Rio de Janeiro: Contraponto/PUC-Rio, 2006

MUSSI, R. F. F. et al. Pesquisa Quantitativa e/ou Qualitativa: distanciamentos, aproximações e possibilidades. **Revista Sustinere**, v.7, n.2, p.414 - 430, 2020.

PEREIRA, M. H. F. “Nova direita? Guerras de memória em tempos de Comissão da Verdade (2012-2014)”. **Varia História**, Belo Horizonte, v.31, n.57, p.863-902, 2015.

SÁ, C. P. Sobre o campo de Estudo da Memória Social: uma perspectiva psicossocial. **Psicologia: Reflexão e Crítica**, v.20, n.2, p.290-295, 2007.

SCHWARCZ, L. M. **Sobre o autoritarismo brasileiro**. São Paulo: Companhia das letras, 2019.

SILVA, M. O historiador, o ensino de História e seu tempo (Notas sobre a problemática da Ditadura no Brasil – 1964- 1985). **Antíteses**, v.2, n.3, p. 23-36, 2009.

SOARES, S. V.; PICOLLI, I. R. A.; CASAGRANDE, J. L. Pesquisa Bibliográfica, Pesquisa Bibliométrica, Artigo de Revisão e Ensaio Teórico em Administração e Contabilidade. **Administração: Ensino e Pesquisa**, v.19, n.2, p.1-19,2018.

VALIM, P.; AVELAR, A. S.; BEVERNAGE, B. Apresentação - Negacionismo: História, Historiografia e Perspectivas de Pesquisa. **Revista Brasileira de História**, v.41, n.87, p.13-36, 2021.

Realização:



Apoio:

